



República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Poder Executivo

Expediente
Acelar Bonaventura
Diretor do Legislativo
01.09.15

LEI Nº 4516, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a remissão parcial de débitos tributários através do Programa de Incentivo para a Recuperação de Débitos Municipais conforme as condições que estabelece e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Incentivo para a Recuperação de Débitos Municipais, mediante a possibilidade de remissão parcial de débitos tributários e não tributários referentes aos tributos de competência do Município de Juazeiro do Norte.

§ 1º O abatimento será aplicado aos débitos inscritos ou não na dívida ativa tributária, bem como os referentes a dívida ativa não tributária constituídos até a data da publicação desta lei e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 2º - A redução obedecerá ao disposto nos artigos seguintes e tem como pré-requisitos:

§ 1º Não será concedida remissão para débitos oriundos de crimes contra a Fazenda Pública;

§ 2º - Os débitos ajuizados somente poderão ser remidos com expressa anuência da Procuradoria Geral do Município e desde que haja o pagamento dos Honorários Advocatícios devidos em face do ajuizamento das execuções fiscais;

§ 3º - A adesão ao Programa aqui estabelecido implica em confissão e reconhecimento dos débitos por parte dos contribuintes beneficiados;

§ 4º - Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência;

Art. 3º - Para os contribuintes que desejarem efetuar o pagamento de seus débitos em parcela única e em até 30(trinta) dias da data da adesão, será concedido desconto de 80%(oitenta por cento) nos valores referentes a multa moratória e 80% (oitenta por cento) nos valores referentes aos juros.



República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Poder Executivo

Art. 4º Para os contribuintes que desejarem efetuar o pagamento de seus débitos em 02 (duas) parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira em até 30(trinta) dias da data da adesão, será concedido desconto de 60%(sessenta por cento) nos valores referentes a multa moratória e 60% (sessenta por cento) nos valores referentes aos juros.

Art. 5º Para os contribuintes que desejarem efetuar o pagamento de seus débitos em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira em até 30(trinta) dias da data da adesão, será concedido desconto de 40%(quarenta por cento) nos valores referentes a multa moratória e 40% (quarenta por cento) nos valores referentes aos juros.

Art. 6º - É condição imprescindível para a remissão disposta nesta Lei a quitação total dos valores estabelecidos, inclusive os parcelados.

Parágrafo Único – Efetuada a quitação da obrigação assumida em cumprimento ao disposto nesta Lei, caberá ao Setor de Dívida Ativa providenciar administrativamente a extinção do crédito tributário, encaminhando a informação à Procuradoria Geral do Município para extinção da Execução Fiscal, quando for o caso, desde que haja o pagamento dos Honorários Advocatícios devidos em face do ajuizamento das execuções fiscais.

Art. 7º - O contribuinte será excluído do programa:

- I - pelo descumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- II- pela inadimplência de qualquer das parcelas, consecutivas ou não;
- III - pela falência decretada ou a insolvência civil do sujeito passivo;

Parágrafo Único - A exclusão do sujeito passivo independe de notificação prévia ou de interpelação e implicará em perda dos benefícios estabelecidos nesta Lei

Art. 8º - A exclusão da pessoa física ou jurídica do presente programa implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 9º - Para fins de pagamento dos débitos fiscais na forma desta lei, fica o Poder Executivo, por intermédio do Setor de Arrecadação Tributária, autorizado a emitir os documentos de arrecadação – DAM, em nome dos contribuintes em débito.



República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Poder Executivo

Art. 10º O benefício fiscal previsto nesta Lei depende de formalização de requerimento por parte do contribuinte junto ao Setor de Protocolo do Município.

Parágrafo Único - Para aderir ao benefício previsto nesta Lei, o contribuinte não poderá estar em débito com a Fazenda Pública Municipal relativo a parcelamentos já validados ou Certidões de Dívida Ativa Protestadas em Cartório.

Art. 11º - Os contribuintes que estiverem em gozo do benefício de parcelamento da dívida ativa também poderão antecipar a quitação dos seus parcelamentos em uma única vez, com desconto de 30%, nos termos do art. 296, § 1º, da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e tem sua vigência até 15/12/2015;

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Geraldo da Cruz, em Juazeiro do Norte/Ce, aos 18 (dezoito) de agosto de dois mil e quinze. ///


RAIMUNDO MACÊDO
PREFEITO MUNICIPAL